

crédito com parte relacionada. Os recebíveis são registrados pelo seu valor de aquisição e os certificados emitidos por seu valor de captação, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514/97, e controlados individualmente por emissão. O saldo de securitização é demonstrado pelo valor líquido, no ativo ou no passivo, conforme o caso, na rubrica "Créditos/Débitos com partes relacionadas", conforme descrito na Nota 7. **V. Instrumentos financeiros passivos e derivativos:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros a custo amortizado, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros da Companhia incluem principalmente contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, custos e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários. Caso haja créditos com liquidação duvidosa, tais créditos podem ser devolvidos às empresas de quem a Companhia os comprou ou pode haver a troca dos mesmos por outros, de acordo com as condições de cobrificação dos contratos de compra de recebíveis, não sendo aplicável, portanto, a provisão para créditos de liquidação duvidosa a estes casos. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos mesmos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas e características de cada tipo de ativos e passivos financeiros. **Classificação como dívida ou patrimônio:** Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais. **Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI):** Os passivos circulantes e não circulantes dos CRI são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. **Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários:** A Companhia apresenta as dívidas pelo valor captado deduzido dos custos de transação, descontos e prêmios incorridos, conforme CPC 08, quando aplicável. **3.2. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. **3.3. Julgamento, estimativas e premissas contábeis:** Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: avaliação da realização de crédito fiscal diferido atual decorrente de prejuízo fiscal e base negativa acumulada de exercícios anteriores, classificação de curto e longo prazo, entre outros. Os resultados a serem apurados, quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. A Administração monitora e revisa periodicamente e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **a) Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é registrada no resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.4. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício. As receitas, despesas e custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Quando aplicável, incluem os ajustes de valor de mercado e/ou de realização. O ágio e o deságio apurados na compra dos recebíveis são apropriados ao resultado do exercício de acordo com a curva do CRI. **3.5. Novos IFRS e interpretações do IFRIC:** Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período findo em 31 de dezembro de 2013. Dentre a novas normas emitidas, a Administração está avaliando os possíveis impactos oriundos da aplicação do IFRS 9 *Financial Instruments*, o qual é mandatório a partir de 1 de janeiro de 2015, e que poderá modificar a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros da Companhia. A Companhia não pretende adotar o IFRS 9 antecipadamente. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Referem-se substancialmente aos saldos registrados em conta corrente:

2013	2012
576	19
576	19

5. Aplicações financeiras: As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados, em média, a 101% do CDI. As aplicações financeiras têm como finalidade o investimento de sobra de caixa, sendo que estas não são utilizadas para compromissos de curto prazo, embora sejam contratadas com rendimentos pré-estabelecidos e cláusula de resgate imediato às mesmas condições pactuadas.

2013	2012
960	—
960	—

Certificados de Depósitos Bancários

	2013	2012
Total	960	—
6. Contas a receber - Recebíveis Imobiliários e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI): 6.1. Contas a receber - Seguem abaixo, os certificados de recebíveis imobiliários, registrados nos balanços patrimoniais sintéticos por emissão de CRI, sob regime fiduciário, conforme demonstrado na Nota explicativa 12.		
	Data de início	Data de término
2ª Série da 1ª Emissão	jul/07	jul/23
3ª Série da 1ª Emissão	set/11	out/23
4ª Série da 1ª Emissão	set/11	set/23
5ª e 6ª Séries da 1ª Emissão	ago/11	dez/23
7ª e 8ª Séries da 1ª Emissão	ago/11	dez/23
9ª e 10ª Séries da 1ª Emissão	ago/11	dez/23
15ª Série da 1ª Emissão	dez/11	dez/16
16ª e 17ª Séries da 1ª Emissão	nov/11	nov/23
18ª Série da 1ª Emissão	dez/11	dez/22
19ª e 20ª Série da 1ª Emissão	mar/12	mai/27
21ª Série da 1ª Emissão	abr/12	jun/15
22ª Série da 1ª Emissão	jun/12	jun/17
23ª Série da 1ª Emissão	jul/13	out/13
1ª Série da 2ª Emissão	ago/09	out/14
2ª Série da 2ª Emissão	ago/10	ago/14
3ª Série da 2ª Emissão	set/10	set/14
3ª Série da 2ª Emissão	mai/10	set/20
3ª Série da 3ª Emissão	out/10	out/18
5ª Série da 3ª Emissão	mar/11	mar/19
7ª Série da 3ª Emissão	mai/11	jun/23
8ª Série da 3ª Emissão	jun/11	out/20
Total		

Parcela circulante 576 19
Parcela não circulante 384 0

6.2. Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI: Seguem abaixo as características de emissão, remuneração demonstradas referentes às emissões de CRI, registradas nos balanços patrimoniais sintéticos por emissão de CRI, sob regime fiduciário, conforme demonstrado na Nota 11. Os CRI encontram-se totalmente negociados.

Emissão	Data de emissão	Data de término amortização	Valor unitário (emissão)	Quantidade	Juros ao ano	31/12/2013	31/12/2012
2ª Série da 1ª Emissão	04/07/2011	06/07/2023	300	87	107% do CDI	27.299	27.073
3ª Série da 1ª Emissão	29/09/2011	02/10/2023	300	307	107% do CDI	94.343	93.745
4ª Série da 1ª Emissão	29/09/2011	02/10/2023	300	26	109% do CDI	7.994	7.942
5ª Série da 1ª Emissão	05/08/2011	27/11/2023	1.021	16	IGP -M + 9,5%	14.054	15.397
6ª Série da 1ª Emissão	05/08/2011	27/11/2023	1.021	8	IGP -M + 16,02%	8.151	8.373
7ª Série da 1ª Emissão	31/08/2011	26/12/2023	1.027	21	IGPM + 9,5%	17.781	18.955
8ª Série da 1ª Emissão	31/08/2011	26/12/2023	1.027	7	IGPM + 12,68%	7.111	7.007
9ª Série da 1ª Emissão	31/08/2011	26/12/2023	1.044	30	IGPM + 9,5%	21.379	22.950
10ª Série da 1ª Emissão	31/08/2011	26/12/2023	1.044	10	IGPM + 17,9%	8.661	9.248
15ª Série da 1ª Emissão	20/12/2011	21/12/2016	1.000	250	110% do CDI	250.488	250.341
16ª Série da 1ª Emissão	01/11/2011	27/11/2023	1.145	12	IGPM + 9,5%	11.642	13.271
17ª Série da 1ª Emissão	01/11/2011	27/11/2023	1.145	4	IGPM + 18,02%	4.623	4.846
18ª Série da 1ª Emissão	01/12/2011	28/12/2022	1.003	144	IPCA + 3,75%	143.395	141.781
19ª Série da 1ª Emissão	26/03/2012	25/05/2027	1.001	9	IGPM + 9,5%	6.740	10.470
20ª Série da 1ª Emissão	26/03/2012	25/05/2027	1.001	3	IGPM + 23,67%	2.785	—
21ª Série da 1ª Emissão	02/04/2012	29/06/2015	300	120	IPCA + 6,6%	27.587	36.312
22ª Série da 1ª Emissão	15/06/2012	19/06/2017	345	145	110% CDI	50.183	50.175
23ª Série da 1ª Emissão	16/07/2013	16/10/2032	1.002	386	IPCA + 7%	335.201	1.620.100
1ª Série da 2ª Emissão	01/10/2009	01/10/2014	1.000	30	117% do CDI	7.994	20.202
2ª Série da 2ª Emissão	05/08/2010	07/08/2014	1.000	89	TR + 11%	93.005	92.415
3ª Série da 2ª Emissão	02/09/2010	04/09/2014	1.000	111	TR + 11%	115.107	114.424
2ª Série da 3ª Emissão	07/05/2010	08/09/2020	1.006	186	IGPM + 9,4%	50.033	71.704
3ª Série da 3ª Emissão	14/10/2010	03/10/2018	300	406	IPCA + 3,5%	120.227	406.794
5ª Série da 3ª Emissão	01/03/2011	06/03/2019	300	667	107% do CDI	205.925	204.241
7ª Série da 3ª Emissão	31/05/2011	30/06/2023	300	83	107% do CDI	250.126	250.023
8ª Série da 3ª Emissão	01/06/2011	28/10/2020	1.008	234	IGPM + 9,5%	6.402	7.360
Total						1.888.236	1.899.961

Parcela Circulante 216.106 206.839
Parcela Não Circulante 1.672.130 1.693.122

Em 16 de julho de 2013 foi emitida a 23ª Série da 1ª Emissão da Companhia, no montante de 386 CRI, com valor de R\$1.002 cada. Os CRI terão prazo de duração de 7.032 dias contados da data da emissão vencendo em 16 de outubro de 2032.

Demonstração da periodicidade e início das amortizações por emissão:

Amortizações	Principal		Juros	
	Periodicidade	Início	Periodicidade	Início
1ª Série da 2ª Emissão	Mensal	01/11/2012	Mensal	01/11/2012
2ª Série da 1ª Emissão	Única	06/07/2023	Semestral	06/01/2012
3ª Série da 1ª Emissão	Única	02/10/2023	Semestral	02/04/2012
4ª Série da 1ª Emissão	Única	02/10/2023	Semestral	02/04/2012
5ª Série da 1ª Emissão	Mensal	25/10/2011	Mensal	25/10/2011
6ª Série da 1ª Emissão	Mensal	25/10/2011	Mensal	25/10/2011
7ª Série da 1ª Emissão	Mensal	25/11/2011	Mensal	25/11/2011
8ª Série da 1ª Emissão	Mensal	25/11/2011	Mensal	25/11/2011
9ª Série da 1ª Emissão	Mensal	25/11/2011	Mensal	25/11/2011
10ª Série da 1ª Emissão	Mensal	25/11/2011	Mensal	25/11/2011
15ª Série da 1ª Emissão	Única	21/12/2016	Semestral	21/06/2012
16ª Série da 1ª Emissão	Mensal	25/01/2012	Mensal	25/01/2012
17ª Série da 1ª Emissão	Mensal	25/01/2012	Mensal	25/01/2012
18ª Série da 1ª Emissão	Mensal	28/02/2012	Mensal	30/01/2012
19ª Série da 1ª Emissão	Mensal	25/05/2012	Mensal	25/05/2012
20ª Série da 1ª Emissão	Mensal	25/05/2012	Mensal	25/05/2012
21ª Série da 1ª Emissão	Mensal	27/06/2012	Mensal	27/06/2012
22ª Série da 1ª Emissão	Única	19/06/2017	Semestral	18/12/2012
23ª Série da 1ª Emissão	Mensal	20/08/2013	Mensal	20/08/2013
2ª Série da 2ª Emissão	Única	07/08/2014	Semestral	09/02/2011
3ª Série da 2ª Emissão	Única	04/09/2014	Semestral	04/03/2011
2ª Série da 3ª Emissão	Mensal	07/07/2020	Mensal	07/07/2020
3ª Série da 3ª Emissão	Única	03/10/2018	Semestral	14/04/2011
5ª Série da 3ª Emissão	Única	06/03/2019	Semestral	02/09/2011
7ª Série da 3ª Emissão	Única	30/06/2023	Semestral	30/12/2011
8ª Série da 3ª Emissão	Mensal	29/08/2011	Mensal	29/08/2011

Os CRI foram emitidos sob o regime fiduciário e estão lastreados por créditos imobiliários e vinculados a esse regime, os quais ficam excluídos do patrimônio comum da Companhia, e controlados individualmente por emissão. O acompanhamento desses CRI é efetuado por agentes fiduciários, legitimados a praticar todos os atos necessários à proteção dos direitos dos investidores. Os saldos contábeis refletem o valor presente dos desembolsos futuros. Não há qualquer evidência de ocorrência de eventos futuros que possam afetar o montante exigível dos CRI. **7. Operações com partes relacionadas:** Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, foram efetuadas as seguintes operações com sociedades ligadas e acionistas:

a) Contas a receber/Recetas de prestação de serviços: Refere-se a prestação de serviços de intermediação, assessoria e gestão financeira nas operações de cessão de recebíveis praticadas pela controladora:

2013	2012
770	—
770	—

As receitas com prestação de serviços totalizam o montante de R\$ 1.531 em 31 de dezembro de 2013. **b) Créditos e débitos com partes relacionadas:** Referem-se a saldos a receber e a pagar com as empresas controladas da PDG Realty oriundos das operações de securitização.

2013	2012
Ativo/(Passivo)	Ativo/(Passivo)
70.047	45.308
(31.300)	(7.803)

Contas a receber empresas ligadas (a)

Contas a pagar a empresas ligadas (a)

(a) Referem a saldos a receber e pagar com as empresas controladas da PDG Realty oriundo das operações de securitização.

2013	Principal		Juros	
Ativo/Circulante	Periodicidade	Início	Periodicidade	Início
Banco	Mensal	01/11/2012	Mensal	01/11/2012
Direitos Creditórios	Única	06/07/2023	Semestral	06/01/2012
Total	Única	02/10/2023	Semestral	02/04/2012
Não circulante	Única	02/10/2023	Semestral	02/04/2012
Direitos Creditórios	Mensal	25/10/2011	Mensal	25/10/2011
Outros	Mensal	25/10/2011	Mensal	25/10/2011
Total	Mensal	25/11/2011	Mensal	25/11/2011
Total Ativo	Mensal	25/11/2011	Mensal	25/11/2011
Passivo/Circulante	Mensal	25/11/2011	Mensal	25/11/2011
Emissão CRI	Única	21/12/2016	Semestral	21/06/2012
Total	Mensal	25/01/2012	Mensal	25/01/2012
Não circulante	Mensal	25/01/2012	Mensal	25/01/2012
Emissão CRI	Mensal	28/02/2012	Mensal	30/01/2012
Fiança Recebida	Mensal	25/05/2012	Mensal	25/05/2012
Benefício residual em operações securitizadas	Mensal	25/05/2012	Mensal	25/05/2012
Total	Mensal	27/06/2012	Mensal	27/06/2012
Patrimônio Líquido	Única	19/06/2017	Semestral	18/12/2012
Total Passivo	Mensal	20/08/2013	Mensal	20/08/2013
	Única	07/08/2014	Semestral	09/02/2011
	Única	04/09/2014	Semestral	04/03/2011
	Mensal	07/07/2020	Mensal	07/07/2020
	Única	03/10/2018	Semestral	14/04/2011
	Única	06/03/2019	Semestral	02/09/2011
	Única	30/06/2023	Semestral	30/12/2011
	Mensal	29/08/2011	Mensal	29/08/2011

Adicionalmente a PDG Companhia Securitizadora recebe suporte financeiro de sua controladora, PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, por meio de aportes de capital, vide nota 10.1. **7.1. Operações de compra e venda de recebíveis imobiliários:** A Companhia intermedia operações de compra de recebíveis imobiliários junto a sua controladora PDG Realty e suas controladas. A Companhia não outorga nenhum tipo de garantia nas operações de securitização. A Companhia realizou operações de securitização com lastro em Cédula de Créditos Imobiliários (CCI) representativa de Cédula de Crédito Bancário (CCB) emitidas por partes relacionadas. Essas CCB encontram-se registradas contabilmente nos respectivos balanços patrimoniais sintéticos por emissão de CRI, sob regime fiduciário, conforme demonstrado abaixo:

Data de emissão	Operação	Emissão PU	31/12/2013	Parte Relacionada	Taxa
20/07/2011	2ª Série 1ª Emissão	26.253	27.308	PDG Realty	107% do CDI
29/09/2011	3ª Série 1ª Emissão	92.100	94.376	PDG Realty	107% do CDI
29/09/2011	4ª Série 1ª Emissão	7.800	7.996	PDG Realty	109% do CDI
20/12/2011	15ª Série 1ª Emissão	250.000	250.611	PDG Realty	110% do CDI
12/06/2012	22ª Série 1ª Emissão	50.000	50.204	PDG Realty	110% do CDI
05/08/2010	2ª Série 2ª Emissão	89.000	93.059	Agre Empreendimentos Imobiliários	TR + 11%
02/09/2010	3ª Série 2ª Emissão	111.000	115.174	Agre Empreendimentos Imobiliários S.A.	TR + 11%
14/10/2010					

2012	1ª Emissão 1ª Série	1ª Emissão 2ª Série	1ª Emissão 3ª Série	1ª Emissão 4ª Série	1ª Emissão 5ª e 6ª Séries	1ª Emissão 7ª e 8ª Séries	1ª Emissão 9ª e 10ª Séries	1ª Emissão 15ª Série	1ª Emissão 16ª e 17ª Séries	1ª Emissão 18ª Série
Ativo/Circulante										
Banco	70	–	8	4	486	613	2.375	–	972	97
Aplicações Financeiras	1.017	–	–	–	425	656	404	–	578	–
Direitos Creditórios	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	1.087	–	8	4	911	1.269	2.779	–	1.550	97
Não circulante										
Direitos Creditórios	–	27.082	93.774	7.944	23.432	27.495	36.956	250.436	15.228	134.167
Conta-Corrente Cedente	–	1.767	12.003	142	278	629	1.067	7	1.680	4.875
Total	–	28.849	105.777	8.086	23.710	28.124	38.023	250.443	16.908	139.042
Total Ativo	1.087	28.849	105.785	8.090	24.621	29.393	40.802	250.443	18.458	139.139
Passivo										
Não circulante										
Emissão CRI	–	27.073	93.745	7.942	20.369	21.408	26.495	250.341	15.093	139.930
Contas a Pagar Compra Créditos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	1.125
Fiança Recebida	–	–	–	–	–	–	–	–	–	4.922
Conta-Corrente Cedente	346	1.768	12.641	141	1.914	4.659	10.203	43	1.790	–
Total	346	28.841	106.386	8.083	22.283	26.067	36.698	250.384	16.883	145.977
Patrimônio Líquido	741	8	(602)	7	(1.063)	(1.228)	(3.599)	59	(1.450)	(8.689)
Total Passivo	1.087	28.849	105.785	8.090	24.621	29.393	40.802	250.443	18.458	139.139

2012	1ª Emissão 19ª e 20ª Série	1ª Emissão 21ª Série	1ª Emissão 22ª Série	1ª Emissão 1ª Série	1ª Emissão 2ª Série	1ª Emissão 3ª Série	1ª Emissão 1ª Série	1ª Emissão 2ª Série	1ª Emissão 3ª Série	1ª Emissão 5ª e 6ª Séries	1ª Emissão 7ª Série	1ª Emissão 8ª Série	Total
Ativo/Circulante													
Banco	1.348	5.325	3	816	707	185	4.314	2.865	378	12	6	183	20.767
Aplicações Financeiras	–	–	–	363	–	–	–	35	–	–	–	100	3.577
Direitos Creditórios	–	–	–	–	–	–	–	–	–	35.725	–	–	35.725
Total	1.348	5.325	3	1.179	–	185	4.314	2.900	378	35.737	6	283	60.069
Não circulante													
Direitos Creditórios	8.460	32.621	47.927	14.276	93.027	114.253	8.567	44.026	413.403	169.120	250.271	7.364	1.820.100
Conta-Corrente Cedente	–	–	–	4.626	6.017	2.708	14.220	19.197	335	5.932	2.906	3.058	81.446
Total	8.460	32.621	47.927	18.902	99.044	117.231	22.787	63.223	413.738	175.052	253.177	10.422	1.901.546
Total Ativo	9.808	37.946	47.930	20.081	99.751	117.416	27.101	66.123	414.116	210.789	253.183	10.705	1.961.616
Passivo/Circulante													
Emissão de CRI	–	–	–	–	92.415	114.424	–	–	–	–	–	–	206.839
Total	–	–	–	–	92.415	114.424	–	–	–	–	–	–	206.839
Não circulante													
Emissão CRI	10.470	36.612	50.175	20.202	–	–	12.911	71.704	406.794	204.241	250.023	7.360	1.693.122
Fiança Recebida	–	–	–	304	–	–	1.207	15.078	–	–	–	1.809	19.523
Conta-Corrente Cedente	509	2.973	34	5.321	3.038	2.709	–	729	7.548	9.465	166	5.299	76.218
Total	10.979	39.285	50.209	25.827	3.038	2.709	14.118	87.511	414.342	213.706	250.189	14.468	1.788.863
Patrimônio Líquido	(1.171)	(1.339)	(2.279)	(5.745)	4.298	283	12.983	(21.388)	(226)	(2.917)	2.994	(3.763)	(34.086)
Total Passivo	9.808	37.946	47.930	20.081	99.751	117.416	27.701	66.123	414.116	210.789	253.183	10.705	1.961.616

12. Receita Líquida	2013	2012	14. Despesas gerais e administrativas	2013	2012
Receita Bruta	1.730	427	Salários e benefícios	(707)	(1.432)
Tributos sobre receita	(199)	–	Participação nos lucros e resultados	–	(533)
Receita Líquida	1.531	427	Serviços de terceiros	(692)	(1.734)
13. Resultado Financeiro			Aluguel e Condomínio	(79)	(37)
	2013	2012	Despesas Tributárias	(1)	–
Receita Financeira	53	1.561	Serviços prestados com marketing	(2)	–
Rendimentos de Aplicações financeiras	53	1.561	Outras	(126)	(833)
Despesas Financeiras	(172)	(256)	Total	(1.605)	(4.569)
Total	(119)	1.305	15. Cobertura de seguros: A Companhia não possuía seguros contratados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.		

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Eu, Rodrigo Lins de Paiva Chaves, declaro que: 2. Revisei este relatório das demonstrações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da PDG Companhia Securitizadora e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos exercícios apresentados.

Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 2014
Diretor

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Eu, Luis Eduardo Brito de Souza, declaro que: 2. Revisei este relatório das demonstrações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, da PDG Companhia Securitizadora e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos exercícios apresentados.

Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 2014
Diretor de Relação com Investidores

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Eu, Rodrigo Lins de Paiva Chaves, declaro que:
 1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório de auditoria elaborado pela KPMG Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.

Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 2014
Diretor

DECLARAÇÃO DO DIRETOR DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

Eu, Luis Eduardo Brito de Souza, declaro que:
 1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório de auditoria elaborado pela KPMG Auditores Independentes não havendo qualquer discordância.

Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 2014
Diretor de Relação com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

CONTADOR

Carlos Augusto Leone Piani

Marco Racy Kheirallah

Samuel Severo da Silva

Natalia Maria Fernandes Pires

Rodrigo Lins de Paiva Chaves

Luis Eduardo Brito de Souza

CRC: 1SP267857/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e ao Acionista da **PDG Companhia Securitizadora** - Rio de Janeiro - RJ: Examinamos as demonstrações financeiras da PDG Companhia Securitizadora ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores

e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PDG Companhia Securitizadora em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfases:** Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 7, parte substancial das operações da Companhia é efetuada com partes relacionadas incluindo o suporte financeiro de sua controladora.

Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressaltada em função desses assuntos. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 2014



KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira
 Contador CRC RJ-087095/O-7